

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1571478 - SP
(2019/0253079-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PERCIO NUNES RAPOSO
ADVOGADOS : PAULO HOFFMAN - SP116325
EVERTON PEREIRA DA COSTA - SP289720
AGRAVADO : MULTIMOVEIS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA
ADVOGADOS : ALESSANDRA GUTIERRO NAVARRO - SP163865
LEANDRO AURELIO ESQUECULA - SP173651

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO EXECUTADO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte, cabe ao juiz, como destinatário da prova, indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Rever as conclusões do órgão julgador quanto à suficiência das provas apresentadas demanda o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Com amparo no acervo fático-probatório constante dos autos, a Corte Estadual concluiu que a propriedade do imóvel discutido na lide é incontroversa e que a questão da forma de pagamento está suficientemente comprovada nos autos. Rever tal entendimento implicaria no reexame fático-probatório da demanda e na análise do contrato entabulado entre as partes, providências vedadas mediante os óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. A distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator